

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Curso de Psicologia

Disciplina: Produção de Artigo

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Flávia do Amaral Madureira

Autora: Marisa Batista de Jesus – RA 21706867

01/07/2020

Artigo: Psicologia, religião e mentalidade fundamentalista na sociedade brasileira

Resumo

Nos últimos anos, tem-se observado uma escalada de discursos e práticas baseadas em compreensões fundamentalistas religiosas no Brasil, especialmente de origem cristã. Esta questão tem ganhado contornos preocupantes para nossa sociedade, considerando as implicações sociais, políticas e legais para o cotidiano. Faz-se relevante conhecer a relação de profissionais da Psicologia com o tema religião e fundamentalismo religioso, considerando que dele podem decorrer demandas psicoterápicas apresentadas em consultório. A formação em Psicologia, tanto inicial quanto continuada, apresenta lacuna na abordagem deste tema, o que pode levar o profissional a agir com base em suas próprias compreensões do que seria adequado, ou com base em senso comum e, até, com base em compreensões fundamentalistas, ainda que irrefletidas. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com três psicólogas de Brasília/DF, integradas à apresentação de imagens previamente selecionadas. Todas as profissionais se autodeclaravam negras e tinham diferentes pertencimentos religiosos. O estudo mostrou ser de grande relevância incluir a questão religião/fundamentalismo religioso na formação de profissionais, tanto como convite à reflexão quanto no que se refere à apresentação de diretrizes claras de atuação por parte do CFP.

Palavras-chave: religião, fundamentalismo religioso, Psicologia, formação em Psicologia

Nos últimos anos, tem-se observado o que se pode compreender como uma escalada na ascensão do fundamentalismo religioso no contexto da sociedade brasileira. O resultado das últimas eleições presidenciais ratificou tal compreensão em algum nível, se considerarmos o tipo de discurso com o qual as eleições foram disputadas e vencidas – retomada dos valores da família e da ordem, perseguição e opressão em relação a tudo que seja compreendido como discordante desses valores.

A situação está a tal ponto agravada que os portais de notícias, frequentemente, têm registrado casos de crimes de ódio contra minorias políticas – grupos LGBTQI+, religiões de matriz africana, mulheres, negros e indígenas. Tais ataques são, majoritariamente, realizados (individualmente ou em grupo), por pessoas que se identificam com grupos cuja visão religiosa tem caráter fundamentalista.

Diante deste cenário, a Psicologia tem sido atacada e usada com o objetivo de se legitimar os crescentes ataques frontais à democracia e aos direitos humanos no Brasil, tendo seu maior expoente na chamada “psicologia cristã” (Lionço, 2017). Entretanto,

como a Psicologia está situada no campo das ciências, esta aproximação com o ambiente de dogmas religiosos absolutamente não faz sentido e não pode ocorrer.

No contexto acadêmico, especialmente no contexto da graduação em Psicologia, esta questão é pouco explorada. São poucas as oportunidades de abordar o tema da religião e do fundamentalismo religioso, bem como o papel das crenças religiosas na constituição do indivíduo e em suas escolhas de vida. Também, não há grande esforço em promover debates e reflexões acerca da relação entre a Psicologia e a religião.

Esta discussão faz-se, entretanto, muito relevante, considerando que crenças religiosas são importantes para muitas pessoas e constituintes dos sujeitos em muitos aspectos. A não discussão a este respeito na formação em Psicologia abre espaços para a defesa e disseminação de fundamentalismos na atuação do(a) psicólogo(a). Enquanto a Psicologia resiste a promover essa discussão durante a formação, silenciando a respeito, acaba por contribuir com o fundamentalismo religioso, ainda que involuntariamente.

O estudo conduzido por Cunha e Scorsolini-Comin (2019) ratifica esta percepção. Os autores entrevistaram 24 psicoterapeutas com o intuito de conhecer sua realidade profissional no que tange às experiências clínicas e a dimensão da religiosidade e espiritualidade. De modo geral, os participantes informaram que o tema religião é frequentemente abordado pelos clientes nos consultórios e visto como relevante pelos profissionais, especialmente como recurso para intervenção. Entretanto, os psicólogos entrevistados consideraram insuficiente a abordagem deste assunto em suas formações.

Nesse sentido, o problema de pesquisa delimitado foi: qual a percepção de psicólogos(as) e professores(as) de Psicologia acerca da relação entre Psicologia, religião e fundamentalismo religioso no Brasil atual?

Processos identitários e preconceito

No campo das ciências humanas, a identidade pode ser entendida como metamorfose, ou seja, algo em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos (Ciampa, 1987, citado por Faria & Souza, 2011). Assim, a identidade tem caráter dinâmico, e as diferentes maneiras de se estruturar resultam em diferentes modos de produção identitária. A identidade, afirmam, é a articulação entre igualdade e diferença.

Para Dubar (1997, citado por Faria & Souza, 2011), a identidade pode ser concebida como resultante do processo de socialização, que compreende o cruzamento de processos relacionais (o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação

nos quais estão inseridos) e biográficos (história, habilidades e projetos da pessoa). Assim, a identidade para si não se separa da identidade para o outro, pois a primeira é correlata à segunda: *“reconhece-se pelo olhar do outro”*. Nesta mesma linha, Hall (1998) discute que as sociedades na modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença” – divisões e antagonismos sociais –, diferença essa que produz uma variedade de diferentes “posições de sujeito”, ou identidades.

Essa discussão está conectada à desenvolvida por Galinkin e Zauli (2011) acerca da igualdade e da alteridade, das semelhanças e diferenças, do se reconhecer e ser reconhecido pelo outro. As autoras afirmam que identidade e alteridade não fazem parte da essência do objeto ou do sujeito, mas de um atributo que lhe é conferido, uma construção social que lhe é própria. No contexto da teoria social de Tajfel (1978), as autoras afirmam que indivíduos procuram uma identidade social positiva no processo de comparação com outros grupos. Nesse sentido, continuam, as pessoas buscam pertencer a grupos socialmente valorizados e afastar-se daqueles cuja identidade seja negativa, procurando diferenciar-se.

Na mesma linha, Woodward (2000) afirma que a identidade é relacional e marcada pela diferença, no sentido de que depende de algo que exista fora dela e de marcações simbólicas para se sustentar. A marcação simbólica, afirma Woodward (2000), é a forma pela qual damos sentido às práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem será incluído e quem será excluído em determinado contexto. O aspecto social refere-se às condições sociais e materiais de um grupo, que podem também definir critérios de inclusão e exclusão. O nível psíquico deve ser também considerado a fim de explicar as razões pelas quais as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas, investindo nas posições que os discursos de identidade lhes oferecem.

Desse modo, pondera Woodward (2000), cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo e, por meio destas classificações, propicia os meios pelos quais pode-se dar sentido ao mundo social e construir significados. Daí que há certo grau de consenso entre os membros de uma sociedade acerca destes sistemas partilhados de significação, o que contribui para a manutenção de uma certa ordem social.

Analisando as relações entre a cultura e o preconceito, a partir das raízes histórico-culturais e efetivas do preconceito, Madureira e Branco (2012) afirmam não ser a cultura somente mais uma variável, mas sim de fundamental relevância para a emergência de funções psicológicas tipicamente humanas – constituindo o sujeito psicológico, marcando de forma profunda seu desenvolvimento e conferindo-lhe o

caráter humano. Nesse sentido, é de fundamental importância para a Psicologia ocupar-se de compreender a cultura como componente indissociável da constituição psíquica do sujeito, tendo em mente que permite analisar o desenvolvimento humano em sua natureza simbólica (Madureira & Branco, 2012).

Na perspectiva da psicologia sociocultural, Madureira e Branco (2012) definem preconceito como “fenômeno de fronteira – uma fronteira simbólica rígida, construída historicamente e com forte enraizamento afetivo que acaba por se constituir em barreira cultural entre grupos sociais e entre indivíduos” (p. 125). As autoras discutem que os preconceitos não estão ancorados exclusivamente na cognição, mas fortemente amparados por aspectos emocionais – na medida em que constituem o sujeito e, deste modo, acabam por confirmar os valores do indivíduo, considerando haver forte relação entre preconceitos e sistemas de valores pessoais.

Aprofundando essa discussão, Madureira e Branco (2012) pontuam que, nos diversos contextos socioculturais existem inúmeras fronteiras simbólicas semipermeáveis – as fronteiras funcionam como membranas, em que ocorrem trocas entre o “dentro” e o “fora”. À medida que tais fronteiras deixam de ser permeáveis, tornando-se rígidas, portanto, passam a caracterizar grupos a partir da desqualificação constante e difusa de outros grupos, o que sustenta hierarquias, desigualdades e, conseqüentemente, discriminação (o preconceito em ação). Em que pese a possível produção de sofrimento psíquico decorrente da inferiorização ou desqualificação de uns em benefício de outros, a manutenção dessas hierarquias e desigualdades, continuam as autoras, são fundamentais para a reprodução de desigualdades sociais.

Religião, fundamentalismo e Psicologia

De acordo com Harari (2017), a religião pode ser definida como “um sistema de normas e valores humanos que se baseia na crença em uma ordem sobre-humana” (p. 218). Nesse sentido, sustenta o autor, em que pese ser, muitas vezes, considerada uma fonte de discriminação, desavença e desunião, a religião teve papel de extrema relevância na história, ao contribuir para a unificação da humanidade, ao lado do dinheiro e dos impérios.

A partir de uma perspectiva histórica da humanidade, Harari (2017) afirma que, durante alguns milhares de anos, as pessoas passavam a vida em territórios isolados e limitados. À medida que se expandiram e se encontraram, surgiram necessidades de organização social e hierárquica cada vez mais complexas, de modo a propiciar uma convivência minimamente viável e harmônica.

Essas estruturas hierárquicas e sociais, entretanto, são todas da ordem do imaginário – existem concretamente, sendo absolutamente relevantes para a organização social, mas não existem na natureza; são, portanto, extremamente frágeis, dependendo do compartilhamento de crenças e disponibilidade para mantê-las por parte daqueles que constituem determinado grupo histórico (Harari, 2017).

Ainda assim, suas implicações são concretas. A lógica cultural de vida de um povo – o que é permitido, proibido, valorizado, rechaçado em uma época – se constitui a partir dessas estruturas. Nesse sentido, a constituição de impérios, a criação do dinheiro e o desenvolvimento da religião conferiram legitimidade sobre-humana a essas estruturas sociais frágeis (Harari, 2017). Essa discussão se conecta à compreensão do conceito de cultura, na perspectiva da Psicologia Cultural (Valsiner, 2012) – mediação por meio de signos e que integra o sistema de funções psicológicas desenvolvidas pelo indivíduo na organização histórica de seu grupo social, além de regular processos inter e intrapsicológicos.

Aprofundando sua análise, Harari (2017) percorre um caminho detalhado demonstrando que, sejam animistas, politeístas, monoteístas ou humanistas¹, os seres humanos se conectam às religiões a fim de compreenderem a ordem que regula a vida e acessar o poder e a autoridade que lhes garantam domínio sobre o que lhes é necessário à sobrevivência e valoroso em determinada época.

O professor Frank Usarski (2016)^{2 3} afirma que “o sagrado, em si, não existe”, na medida em que “a transcendência é simbolizada e articulada de várias formas” – monoteísta, politeísta, força criativa, algo não concretizável, dentre muitas outras. Nesse sentido, afirma que, em lugar de igualar ou hierarquizar todas as religiões, parece-lhe mais adequado apreciar a diversidade de religiões e compreender, a partir daí, suas profundas vinculações culturais.

No cerne da hierarquização, que dá origem a conflitos religiosos, está a discriminação do outro para fortalecer a própria cosmovisão, na medida em que o confronto ameaça sua própria constituição identitária, pondera Usarski (2016). Daí a justificativa para “guerras santas”, que visam confirmar que a única religião que faz sentido é a própria. Assim, o professor compreende que o diálogo entre religiões que

¹ Harari (2017) defende que ideologias como o liberalismo, o comunismo, o capitalismo, o nacionalismo e o nazismo são, na verdade, religiões que cultuam a humanidade (*Homo sapiens*), com seus respectivos deuses, livros sagrados e leis naturais. Nessa lógica, ancorada na definição de religião proposta pelo autor, o bem supremo é o bem do *Homo sapiens* e o resto do mundo existe para o benefício dessa espécie.

² A diversidade da fé. (2016). Casa do Saber. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=87E-wcfqbBU>.

³ Conflitos religiosos. (2016) Casa do Saber. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sPJYZU P9wow>.

objetiva convencer o outro não faz sentido. É útil, entretanto, a união de forças religiosas para resolver problemas mundiais, como a instituição da paz mundial, por exemplo, cada uma a seu modo.

Adentrando à questão da laicidade, Lionço (2017) a defende como princípio fundamental na garantia da ética democrática e na preservação de direitos humanos fundamentais, como a liberdade individual, e suas implicações para a Psicologia em tempos de crescente retomada do fundamentalismo religioso. A autora pontua, entretanto, que a própria laicidade democrática carrega em si um ponto cego – permite que existam discursos contrários a ela, de vieses fundamentalistas e antidemocráticos, como se observa no atual cenário sócio-político brasileiro. É quase uma armadilha – por prever liberdade e decisões conjuntas, o regime se percebe obrigado a tolerar autoritarismos.

De acordo com a autora, fundamentalismo religioso é compreendido como:

(...) a crença de que ideias iluministas e a conseqüente secularização da sociedade decorreram em prejuízos morais e afrontas a preceitos de fé que organizavam a vida social. (...) afirma-se a necessidade de defender valores tradicionais relativos à família heteronormativa e monogâmica presumida sagrada, à concepção do papel social de homens e mulheres e à suposta decência das práticas sexuais restrita a ideais familistas de procriação (p. 209).

Essa lógica fundamentalista, argumenta Lionço (2017), propicia e legitima a exclusão e/ou precarização de direitos a determinados grupos, utilizando-se de forças políticas conservadoras extremistas para a manutenção do *status quo* – a manutenção de privilégios para grupos historicamente hegemônicos. Tal questão se configura como de suma importância para a Psicologia, considerando que, como afirma Lionço (2017), a desumanização ou desqualificação de uma pessoa em sua humanidade, em razão de sua condição (fé, orientação sexual, gênero etc.), destitui a pessoa de dignidade, o que pode resultar em intenso sofrimento psíquico.

Um exemplo pode ser verificado no estudo desenvolvido por Caputo (2008), que identificou que construções históricas e perversamente discriminatórias quanto à etnia e às religiões de matriz africana têm se mantido fortalecidas. A autora entrevistou crianças, adolescentes e jovens praticantes do candomblé, com o objetivo de conhecer sua relação com a religião, bem como suas percepções e reações decorrentes da discriminação que sofrem, especialmente na escola pública, detalhando falas e percepções acerca da vivência

do candomblé por parte dessas crianças e adolescentes, bem como a percepção de alguns professores.

Alguns exemplos (nomes fictícios) apresentados pela autora (p. 172): *“Porque na rua já me disseram: é negra! Só podia ser macumbeira”* (Joyce, 13 anos); *Eu nunca fui discriminado, a não ser aquele preconceito normal* (Jailson, 22 anos, atualmente); *“Não temos crianças com esse problema aqui na escola; a maioria é católica”* (professora); *“Inclusive as do candomblé, que frequentam terreiro, por que não podem pagar psicólogo e lá a terapia é barata”* (diretora adjunta). É possível observar os efeitos práticos de compreensões hegemônicas, irrefletidas, tanto nas crianças afetadas quanto nas profissionais incumbidas de sua educação formal.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem-se mostrado intransigente na defesa da laicidade democrática e do compromisso com os direitos humanos. O Código de Ética Profissional do Psicólogo expressa, em seus princípios fundamentais, a defesa da dignidade, da liberdade de consciência e/ou crença, a defesa dos direitos humanos e o compromisso com a ética democrática. Outro exemplo é a Nota Pública⁴ do CFP emitida em 2012, ratificando a posição da psicologia como ciência e a proibição da imposição de preceitos religiosos às pessoas com quem se trabalha.

Há que se registrar, portanto, que, em que pese o momento histórico preocupante por que passa o país, no que se refere à pauta dos costumes especialmente, como família e sexualidade, a Psicologia tem resistido bravamente às intervenções de caráter não científico que se apresentam.

Diante deste cenário, os objetivos da pesquisa foram:

Objetivo geral: Analisar as relações entre religião, processos identitários e mentalidade fundamentalista no contexto da sociedade brasileira, a partir da perspectiva de psicólogos(as) e professores(as) de psicologia.

Objetivos específicos:

- Identificar e analisar possíveis preconceitos de origem religiosa que perpassam a identidade de psicólogos(as) e professores(as) de psicologia;
- Analisar o que pensam psicólogos(as) e professores(as) de psicologia sobre psicologia e religião;

⁴ Nota Pública do CFP de esclarecimento à sociedade e às(os) psicólogas(os) sobre Psicologia e religiosidade no exercício profissional, disponível em <https://site.cfp.org.br/nota-pblica-do-cfp-de-esclarecimento-sociedade-e-so-psicologas-sobre-psicologia-e-religiosidade-no-exercicio-profissional/>. Consulta em 19/09/2019.

- Analisar como psicólogos(as) e professores(as) de psicologia percebem a questão do fundamentalismo na sociedade brasileira.

Método

A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, com a realização de entrevistas individuais semiestruturadas integradas à apresentação de imagens previamente selecionadas.

A este respeito, Minayo (2001) discute que o conceito central da investigação no método qualitativo é o significado, o acesso à produção simbólica do sujeito. A proposta epistemológica qualitativa, desenvolvida pelo Professor Fernando González Rey e citada por Madureira e Branco (2001), busca compreender a realidade em sua complexidade, não como algo que possa ser descrito a partir de algumas poucas leis universais, de maneira simplificada.

A entrevista, como ferramenta de “coleta de dados”, configura-se como um espaço dialógico. Não se considera que os conteúdos intrapsíquicos estejam “prontos” na cabeça do entrevistado e que possam simplesmente ser “acessados”, mas que o momento da entrevista propiciará a co-construção de significados, num processo dialógico entre pesquisador e entrevistado (Madureira & Branco, 2001).

Participantes

As participantes manifestaram interesse espontâneo em participar da pesquisa, a partir de convite aberto apresentado a grupo de psicólogos(as) negros(as) da rede de relacionamentos interpessoais da pesquisadora. Trata-se de três mulheres autodeclaradas negras, duas delas psicólogas clínicas da Gestalt-terapia (A e B), e uma psicóloga pesquisadora com extensa formação e atuação acadêmicas (C). A participante A tem 33 anos de idade e 6 anos de atuação, e não tem religião, atualmente. A participante B tem 32 anos de idade e 6 anos de atuação, especializou-se recentemente em taumatologia (estudo sobre a morte e o morrer) e identifica-se com aspectos diversos de religiões distintas. A participante C tem 40 anos de idade, 14 anos de atuação em pesquisa acadêmica voltada à elaboração de políticas públicas e cerca de 6 meses de atuação em psicologia clínica; é do Candomblé.

Materiais e instrumentos

Nas entrevistas, foram utilizados os seguintes materiais: telefone celular com gravador, papel, caneta e computador para exibir as imagens pré-selecionadas; e os

instrumentos: roteiro de entrevista, imagens e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido impressos. As imagens apresentadas às participantes estão no Anexo deste artigo.

Procedimentos de construção das informações

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB). Antes de iniciar as entrevistas, as participantes foram informadas quanto à sua finalidade e foi-lhes solicitado ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi também solicitada a permissão para gravação do áudio das entrevistas, com o fim único de possibilitar a análise posterior pela pesquisadora e pela orientadora. Ainda, as participantes foram informadas de que suas identidades seriam mantidas em sigilo. As entrevistas foram conduzidas observando-se o roteiro e, ao final, foram exibidas as imagens, com algumas perguntas relacionadas. As entrevistas foram realizadas em locais abertos e públicos, escolhidos por cada participante.

Acerca do uso de imagens, Souza, Dugnani e Reis (2018), amparadas em pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, defendem que a arte carrega uma dimensão humanizadora e potencial para afetar o sujeito, como instrumento de trabalho do psicólogo, na mediação da constituição de formas mais elaboradas de ser, estar, pensar e agir no mundo. Na mesma linha, Madureira (2016) argumenta que imagens têm potencialidades enquanto ferramentas metodológicas, considerando possibilitarem que se analise os significados atribuídos pelos sujeitos, os sentimentos mobilizados e os motivos pelos quais se identificam ou não com uma imagem.

O valor do uso de arte em Psicologia está na compreensão do elo entre a imaginação e a emoção na promoção do desenvolvimento humano. Souza, Dugnani & Reis (2018) analisam que o desenvolvimento de formas mais complexas do psiquismo decorre da relação dialética entre o sujeito e a realidade, em que o primeiro comparece com as suas crenças, valores e experiências, construindo as formas de perceber a si, aos outros e ao mundo.

Já para Santaella (2012), a expressão linguística e a visual são reinos distintos, com modos próprios de representar e significar a realidade. Assim, um não substitui o outro – eles se complementam e contêm um princípio unificador: o de transformar os efeitos de sentidos percebidos em uma linguagem para outro tipo de linguagem; torna-se possível construir e buscar sentido em outras linguagens, torna-se possível que a leitura seja efetivamente realizada.

Procedimentos de análise

Para análise das entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo temático, que consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido, de acordo com Bardin (1979, citada por Gomes, 2009).

As entrevistas foram integralmente transcritas e, a partir dos objetivos da pesquisa, o conteúdo foi descrito, categorizado e interpretado, como descrito por Gomes (2009), resultando em três categorias analíticas temáticas: processos identitários e fundamentalismo religioso no Brasil a partir do “olhar” das participantes; diálogos entre a psicologia e a religião; o fundamentalismo cristão no cenário político brasileiro atual.

Resultados e Discussão

Nessa seção, serão apresentados e discutidos os resultados considerados mais significativos a partir das categorias analíticas temáticas construídas, em articulação com a base teórica apresentada.

Processos identitários e fundamentalismo religioso no Brasil a partir do “olhar” das participantes

Como defendido por Woodward (2000), a construção identitária considera aspectos da ordem do simbólico, do social e do psíquico. Este imbricamento é identificado nas compreensões das participantes da pesquisa, a partir de suas experiências. Para elas, a crença religiosa tem implicações na construção identitária das pessoas, na sociedade brasileira, podendo, inclusive, ser indutora de sofrimento psíquico.

Tal compreensão fica evidente, por exemplo, no relato da participante A, que defende que os “introjetos” relativos à culpa cristã católica e às imposições religiosas são, frequentemente, identificados na prática clínica como limitadores da experiência do sujeito, com impactos diretos em suas vivências e geradores de demandas para tratamento psicoterápico, como ansiedade, baixa autoestima e depressão. *“E dentro do consultório isso é uma coisa que aparece muito (...), e isso passa a ser até motivo de adoecimento dentro da vivência delas”* (participante A).

Já a participante B considera que a religião impacta nas construções de “pequenas coisas”, como superstições, e, também, torna as relações “um pouco falseadas”. Ela argumenta que, em nome de uma possível “compra de indulgência no céu”, as pessoas se comportam de acordo com o que a religião espera delas, de forma “não natural”, “não

verdadeira”. Além disso, segundo a participante, desenvolvem medos de não corresponderem a essa expectativa, o que pode resultar em possíveis punições, como “ir para o purgatório”, por exemplo.

Para a participante C, a religião tem caráter estruturante na nossa sociedade, o que complexifica os significados e as relações, e desafia o trabalho do psicoterapeuta: *“(...) a minha referência religiosa não vai servir como ferramenta para diálogo (...). Eu não posso sugerir uma prece. É muito diferente de sugerir um filme ou uma música.”*

As observações das participantes coadunam com a discussão desenvolvida por Harari (2017) acerca da religião como um grande organizador social e como meio de dominar o que é necessário à sobrevivência e valoroso em determinada época. O autor discute que a lógica cultural de vida de um povo – o que é permitido, proibido, valorizado, rechaçado em uma época – se constitui a partir de estruturas hierárquicas e sociais da ordem do imaginário. Imaginário no sentido de que existem concretamente e são absolutamente relevantes para a organização social, mas não existem na natureza.

É válido, neste ponto, resgatar a reflexão desenvolvida pelo professor Frank Usarski (2016) acerca da simbolização da transcendência como algo individual e não concretizável. Nesse sentido, argumenta que sai de cena a hierarquização entre religiões e entra em cena a apreciação da diversidade de religiões existentes. Numa interpretação, poder-se-ia dizer que a apreciação se refere a uma necessidade de ‘empatia e respeito pelo que crê o outro, que diverge daquilo que eu mesmo creio’. Nesse cenário, as disputas fundamentalistas tenderiam a arrefecer, a partir de uma compreensão que levaria à coexistência pacífica.

Pode-se conectar, também, discussão desenvolvida por Madureira e Branco (2012), em que definem preconceito como “fenômeno de fronteira – uma fronteira simbólica rígida, construída historicamente e com forte enraizamento afetivo que acaba por se constituir em barreira cultural entre grupos sociais e entre indivíduos” (p. 125).

As autoras discutem que os preconceitos não estão ancorados exclusivamente na cognição, mas fortemente amparados por aspectos emocionais. Considerando este aspecto afetivo, poder-se-ia dizer que a empatia e a formação de vínculos levariam à flexibilização dessas fronteiras simbólicas rígidas que caracterizam o preconceito, incluindo o fundamentalismo religioso.

É interessante observar que as próprias participantes apresentam relações distintas com a religião. Entretanto, todas manifestaram compreender a relevância de acolher as crenças religiosas de seus clientes como parte fundamental do processo

terapêutico. A participante B, inclusive, ao observar a imagem 2, ponderou que concordava com aquela apresentação de *setting* terapêutico, em se considerando a Bíblia como um lugar de conforto para o cliente – “(...) *se for o lugar de acolhimento que a pessoa traz de casa, quase como aquele paninho (...) Se ela tiver trazido de casa, ok. Se for do consultório, isso me dá medo, mesmo. (...) Porque aí é como se o profissional tivesse dando a cama pra pessoa se apoiar, o divã, dentro das crenças do profissional.*”

Na mesma linha, as participantes A e C manifestaram perceber uma inadequação na imagem 2, considerando que o psicanalista substituiu seu divã por uma Bíblia, como que substituindo seu conhecimento científico por suas próprias crenças religiosas, o que pode inviabilizar o processo terapêutico do cliente. A participante A registra, sobre uma paciente que está experimentando uma nova religião: “*E ela chega e conta as experiências dela e a gente conversa sobre as coisas que emergem lá, porque muitas coisas são de muito conteúdo terapêutico (...) eu super acolho e uso isso a nosso favor, né, a favor do ambiente terapêutico.*”

Acerca do fundamentalismo religioso, as participantes apresentaram compreensões relacionadas à imposição, estrutura rígida de crenças e comportamentos, não aceitação e desejo de aniquilar o diferente, e fundamento único. Tais compreensões estão em sintonia com a definição apresentada por Lionço (2017), e, também, com o que defende o professor Frank Usarsk (2016) – no cerne da hierarquização entre as religiões está a discriminação do outro para fortalecer a própria cosmovisão, na medida em que o confronto ameaça sua própria constituição identitária.

Essa discussão se articula com a discussão desenvolvida por Madureira, Barreto e Paula (2018), acerca do medo da diferença – pessoas que se sentem ameaçadas pela diversidade percebem o diverso como “inimigo”. Nesse sentido, torna-se desafiador dialogar, na medida em que “por meio da escuta, entro em outros processos de conhecimento; torno-me outra pessoa” (Tiburi, 2016, citada por Madureira, Barreto & Paula, 2018). A possibilidade de se permitir ser atravessado pelo que vem do outro, e, com isso, em alguma medida, tornar-se diferente do que se tem sido, ameaça a constituição identitária do sujeito. Essa ameaça faz com que seja reforçada a postura fundamentalista.

As participantes avaliam que essa postura fundamentalista está presente na sociedade brasileira e tem impactos práticos reais nas vivências das pessoas, tanto das que seguem quanto das que não seguem determinadas religiões (cristãs, considerando que o fundamentalismo é eminentemente cristão em nosso país). Entretanto, a participante C pondera que não se pode generalizar a questão fundamentalista religiosa

no Brasil limitando-a apenas às religiões neopentecostais. Ela pondera que, circunscrever a questão do fundamentalismo a um único grupo religioso, de certa forma, implica posicionar-se, também, de maneira fundamentalista. Este posicionamento ratificaria uma lógica de anulação de subjetividades, intrínseca a pressupostos fundamentalistas, e empobreceria a discussão sobre fundamentalismo em nosso país.

As considerações apresentadas pela participante se articulam com o que foi discutido por Madureira e Branco (2012), no que se refere à definição de preconceitos como fenômenos de fronteiras rígidas, histórica e culturalmente construídos e que servem de ferramenta para a manutenção de hierarquias e reprodução de desigualdades.

Nesse sentido, é importante considerar o fundamentalismo religioso como um fenômeno de fronteiras simbólicas rígidas, que abarca diferentes tradições e grupos religiosos. Na compreensão fundamentalista, essas fronteiras se tornam tão rígidas que inviabilizam o mínimo diálogo e reduzem a possibilidade de compreensão empática em relação ao “diverso”. É de suma importância compreender esta questão, dado o potencial de produção de sofrimento psíquico decorrente. A Psicologia, portanto, deve estar atenta a esta temática.

Diálogos entre a psicologia e a religião

Ao serem questionadas sobre a possibilidade de diálogo entre a psicologia e a religião e a possibilidade de ambas caminharem juntas, as respostas variaram. A participante A indicou que reflete a respeito, mas ainda carrega dúvidas, e aponta que sua formação acadêmica trouxe ainda mais questionamentos: “(...) *isso foi muito confuso pra mim durante a graduação, a pós-graduação. (...) E eu me encontro no lugar de não ter onde tirar essa dúvida, onde compartilhar essa dúvida.*” A participante demonstra preocupação com tornar sua atuação como psicóloga um espaço de senso comum, ao aproximar-se da religião: “*Banalizar a profissão, (...) de lidar com a pessoa de forma que, sei lá, um pastor lidaria, um padre lidaria.*” Apresentada à imagem 1, a participante A relatou: “*Me incomoda no sentido de, assim, de não fazer sentido.*”

Na mesma linha, a participante C afirmou que: “(...) *a religião, eu não acho que seja... confiável, seja uma boa base para se caminhar no fazer psicológico (...) É algo que é parte da realidade, que eu vou precisar considerar quando estiver atuando, mas eu acho que não deve ser uma ferramenta de interveniência de mim para o sujeito.*”

Consideram-se pertinentes as preocupações das participantes A e C relativamente à aproximação entre psicologia e religião, no sentido de haver uma linha bastante tênue entre o que um profissional da psicologia compreende como produtivo no processo

terapêutico e o que pode denotar a expressão de suas crenças e valores religiosos, sob o argumento de orientação psicoterápica.

Essa discussão pode ser conectada às análises desenvolvidas por Mesquita e Perucchi (2016), no que se refere à utilização, por parte de porta-vozes de religiões católica e evangélica, de saberes pseudocientíficos e fundamentalistas religiosos articulados a jogos de saber/poder, especialmente no que se refere à hierarquização de sexualidades e à desqualificação da homossexualidade. Ainda, pode-se resgatar a preocupação expressa por Caputo (2008), relativamente ao fortalecimento de construções históricas e perversamente discriminatórias quanto à etnia e religiões de matriz africana.

Estes textos ilustram algumas das implicações das lacunas na formação acadêmica de psicólogos – e, também, de professores que atuam na educação básica. A ausência de discussão acerca de religião nos cursos de licenciatura e na formação em Psicologia acaba por permitir compreensões equivocadas e construções de discursos de conveniência, a serviço da defesa de crenças de determinados grupos em detrimento de outros.

Fundamentalistas constroem “saberes” que servem à manutenção de sua lógica hierarquizante e desqualificadora. Nas escolas públicas, Caputo (2008) identificou a manutenção de práticas e discursos discriminatórios em relação a alunos negros praticantes de religiões de matriz africana – inclusive por parte de professores e da diretora.

No contexto psicoterápico, a atuação a partir de crenças dessa natureza por parte do profissional pode distorcer o processo e, mais grave, pode vir a despertar/fomentar sofrimento psíquico ainda maior no cliente. Para a participante B, psicologia e religião deveriam caminhar juntas, pois considera que *“a religião sem ciência é como se fosse um pássaro sem asa, e a ciência sem religião é como se fosse um pássaro sem cabeça. (...) se as coisas caminhassem em conjunto, qual não seria a potência?”* E considera também que, na formação em psicologia, deveriam ser abordadas todas as religiões:

“(...) então vamos abordar o que essas religiões representam (...) e aí entendendo quais são as manifestações que a gente pode receber no consultório, como abordar isso como não sendo uma esquizofrenia, uma psicose, uma despersonalização, uma dissociação. Porque às vezes a pessoa não tá dissociada, mas no contexto científico ela é uma pessoa adoecida. E no contexto religioso ela pode ser considerada... (...) uma figura extremamente simbólica.”

Resgata-se, neste ponto, a afirmação do professor Frank Usarski (2016) acerca de que *“a transcendência é simbolizada e articulada de várias formas”* e, nesse sentido,

parece mais adequado apreciar a diversidade de religiões e compreender suas profundas vinculações culturais, em lugar de igualar ou hierarquizar religiões ou expressões religiosas.

Apresentada à imagem 1, a participante B pondera sobre “(...) *o quanto a psicologia pode abarcar várias religiões (...) porque se a gente trabalha com o humano e o humano (...) se desenvolve de diferentes maneiras, a psicologia vai ser permeada por tudo isso, ou, no mínimo, vai ser convidada a perceber tudo isso.*”

Esta ponderação é central e está profundamente conectada à discussão desenvolvida por Madureira e Branco (2012) acerca da necessidade de a Psicologia se ocupar de compreender a cultura como aspecto de fundamental relevância para a emergência de funções psicológicas tipicamente humanas e, portanto, componente indissociável da constituição psíquica do sujeito. Também, conecta-se com a discussão teórica desenvolvida por Valsiner (2012), ao discutir a integração da cultura à vida psicológica da pessoa, a relação da cultura com o sentir, o pensar e o agir da pessoa. Nesse sentido, o autor destaca que a cultura pertence à relação da pessoa com o ambiente.

A religião, neste caso, precisa ser considerada na relação pessoa-ambiente, no sentido de integrar a constituição psíquica do sujeito. Deste modo, deve ser observada no processo terapêutico, considerando que, como componente da constituição psíquica simbólica do sujeito, o atravessa e pode estar conectada a sofrimentos psíquicos relatados no consultório.

O fundamentalismo cristão no cenário político brasileiro atual

No que tange à percepção acerca do fundamentalismo cristão no Brasil atual, todas as participantes afirmaram perceber interferências no cenário político, e pontuaram sua não concordância e indignação com os efeitos práticos observados nas vivências das pessoas e no funcionamento da nossa sociedade. Tais percepções coadunam com o estudo qualitativo realizado por Machado (2019), que objetivou analisar de que forma o governo Bolsonaro e seus preceitos fundamentalistas produzem novas vivências para as mulheres brasileiras. A autora verificou que, dentre outros aspectos, a legitimação do fundamentalismo no governo federal fez com que as participantes tivessem dificuldade de identificar as implicações desse discurso em suas vidas cotidianas, naturalizando o sofrimento decorrente do acirramento de papéis de gênero tradicionais e da dominação masculina, bem como decorrências de discursos racistas.

A participante A observa que “(...) *de outubro do ano passado pra cá, (...) as pessoas se sentem muito legitimadas a serem preconceituosas.*” Sobre a polêmica

ocorrida na Bienal do Livro do Rio de Janeiro⁵, “(...) *ninguém interfere um casal hétero se beijando num livro (...) Não é sobre o beijo, é sobre quem beija, né, quem beija e quem está sendo beijado.*”

Sobre a escalada de agressões a pessoas que têm relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo e de investidas antidemocráticas dos últimos tempos, a participante B questiona “*Por que essas pessoas não estão nos nossos consultórios? (...) são essas pessoas que precisam de uma escuta. Porque deve ser também um grau de aprisionamento emocional tão grande (...)*”. Esta ponderação se conecta com as análises realizadas por Mesquita e Perucchi (2016), acerca da forte utilização de saberes pseudocientíficos e fundamentalista por parte de porta-vozes religiosos católicos e evangélicos, com o objetivo de legitimar opiniões preconceituosas e fomentar práticas homofóbicas.

O professor Frank Usarski (2016) desenvolve uma discussão muito consistente a este respeito, ponderando que no cerne da discriminação do outro está a necessidade de fortalecer a própria cosmovisão, na medida em que o confronto ameaça sua própria constituição identitária. Na mesma linha, Lionço (2017) pontua que a lógica discriminatória fundamentalista se utiliza de forças políticas conservadoras extremistas para manutenção de privilégios para grupos hegemônicos. É, precisamente, o que se observa nas falas das participantes.

Esta é uma questão da qual a psicologia precisa se ocupar, considerando o que afirma Lionço (2017): a desumanização ou desqualificação de uma pessoa em sua humanidade, em razão de sua condição, destitui a pessoa de dignidade, o que pode resultar em intenso sofrimento psíquico.

Acerca da existência de atendimentos psicológicos em espaços religiosos, a participante A pondera que: “*(...) as pessoas super aceitam ter um consultório psicológico dentro de uma igreja, mas as pessoas não aceitam um consultório psicológico dentro de um terreiro. (...) os terreiros em si já não podem existir.*”

Na fala da participante A, fica evidente a relativização da presença de psicólogos em espaços religiosos, o que pode ser, também, apontado como efeito do fundamentalismo – os profissionais parecem “escolher” de quais religiões se aproximarem ou se afastarem. Não se defende, aqui, a presença de psicólogos em espaços religiosos, quaisquer que sejam, mas é relevante conectar esta ponderação com o discutido por Caputo (2008), acerca do silenciamento de praticantes de religiões de matriz africana, considerando o imenso preconceito e forte discriminação que sofrem.

⁵ Em setembro/2019, o prefeito do Rio de Janeiro determinou a retirada de HQ com heróis se beijando do evento, por considerar o material impróprio. O STF acabou por derrubar a decisão por apreensão do material.

Essa percepção, mais uma vez, explicita os efeitos discutidos por Lionço (2017) acerca do uso de forças políticas por parte da lógica fundamentalista – propiciar e legitimar a exclusão e a precarização de direitos a determinados grupos em favor da manutenção de privilégios de outros grupos historicamente hegemônicos – aqueles que respondem por e resguardam as chamadas tradições. Novamente, não se defende, de nenhuma forma, a vinculação direta entre psicologia e qualquer religião, como a existência de um consultório para atendimento psicológico dentro de um espaço religioso exemplificada pela participante. Entretanto, destaca-se a relativização de uma situação como essa a depender do espaço em que esteja inserida – é aceita se estiver alinhada aos princípios e valores defendidos pela lógica fundamentalista e rejeitada se não o estiver.

Observa-se, desse modo, que, no contexto brasileiro, a postura de defesa intransigente da laicidade democrática adotada pelo Conselho Federal de Psicologia é bastante adequada.

Como constatado por Cunha e Scorsolini-Comin (2019), a dimensão religiosa é reconhecida pelos profissionais como importante para a saúde de muitos clientes e é demanda frequente no ambiente psicoterápico. Nesse sentido, os próprios profissionais precisam estar atentos ao papel dessa dimensão em suas vidas privadas, a fim de que não interfiram no atendimento clínico – seja pela visão do próprio psicólogo ou pela abordagem, eventualmente, inadequada ao que um cliente possa vir a compartilhar.

Em síntese, a maior exploração desta temática na formação de profissionais da Psicologia parece ser a maneira mais adequada de contribuir em relação ao desenvolvimento de uma postura profissional efetivamente acolhedora a todo tipo de demanda que um cliente possa apresentar.

Considerações Finais

Considerando os princípios fundamentais que regem a atuação do psicólogo previstos no Código de Ética Profissional, bem como as percepções de profissionais de psicologia acerca das relações entre religião, processos identitários e mentalidade fundamentalista, confirma-se a relevância de realizar estudos acerca desta temática.

Das entrevistas realizadas, observa-se implicações na prática clínica e na atuação acadêmica, na medida em que se trata de tema que atravessa a todos, profissionais e clientes. Ao psicólogo, é imprescindível compreender que suas crenças religiosas não podem compor suas ferramentas de trabalho, devendo estar atento às próprias convicções e cuidar para que não interfiram em sua atuação profissional. Ao professor

de educação básica, é, também, imprescindível essa compressão, considerando a responsabilidade sobre a formação de uma criança em idade escolar e o sofrimento psíquico que pode lhe infringir a partir da imposição de uma crença hegemônica.

Nesse sentido, as formações em licenciatura e em Psicologia precisam se ocupar desta questão. Na experiência acadêmica desta pesquisadora, e nas falas das entrevistadas, foram muito poucas as oportunidades acadêmicas em que as questões da religião e do fundamentalismo foram abordadas. Percebe-se que as participantes refletem a respeito, a partir de suas próprias vivências e necessidades profissionais, e acabam por definir individualmente posturas que consideram adequadas. De todo modo, todas apontaram que este é um ponto falho na formação em Psicologia.

As respostas divergentes entre as participantes a algumas das perguntas da entrevista ratificam esta compreensão – para além de diferentes pontos de vista, identifica-se a ausência de diretrizes e clareza a respeito. Permite-se, assim, margens para interpretações que atendam às mais diversas subjetividades religiosas e possibilitem investimentos contra a normativa ética da profissão, bem como a utilização da Psicologia para propósitos fundamentalistas, como discutido por Lionço (2017).

Acerca da questão dos preconceitos de origem religiosa que perpassam a identidade das profissionais entrevistadas, não foram identificados elementos para análise.

Considerando os resultados obtidos na presente pesquisa, bem como a base teórica utilizada, verifica-se que, para além de necessário, é possível incluir a questão religiosa na atuação clínica sem resvalar para o fundamentalismo religioso. Para tanto, é de fundamental importância que os currículos de formação em licenciatura e em Psicologia, inicial e continuada, englobem esta questão. É essencial convidar os profissionais da Psicologia a refletirem acerca do papel desempenhado pela religião em suas próprias vivências pessoais – tanto para evitar interferências de suas crenças pessoais no contexto psicoterápico quanto para provê-los com diretrizes que evitem abordagens a partir de visões do senso comum.

Resgatando o discutido por Lionço (2017), a desumanização ou desqualificação de uma pessoa em sua humanidade, em razão de sua condição, destitui a pessoa de dignidade, o que pode resultar em intenso sofrimento psíquico. Considerando a crescente retomada fundamentalista no contexto brasileiro, bem como seu evidente potencial causador de sofrimento psíquico, urge que o CFP se ocupe de discutir este tema na formação em Psicologia, bem como de prover diretrizes claras de atuação aos profissionais.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1979) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Caputo, S. G. (2008). Ogan, adósu, oje, egbonmi e ekedi: o candomblé também está na escola. Mas como? Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 149-181). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Cunha, Vivian Fukumasu da, & Scorsolini-Comin, Fabio. (2019). Religiosity / Spirituality (R/S) in the Clinical Context: Professional Experiences of Psychotherapists. *Trends in Psychology*, 27(2), 427-441. Epub June 13, 2019. <https://doi.org/10.9788/tp2019.2-10>.
- Dubar, C. (1997). Para uma teoria sociológica da identidade. Em *A socialização*. Porto: Porto Editora.
- Faria, E. & Souza, V. L. T. (2011). Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 35-42. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572011000100004>.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Gomes, R. (2009). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Harari, Y. H. (2017). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM. [Capítulo 12: A lei da religião, pp. 217-245; Capítulo 14 – A descoberta da ignorância – pp. 257-284].
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (núm. esp.), 208-223. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf>.
- Machado, A. C. (2019). *Fundamentalismo religioso no governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras* (Monografia). UniCEUB, Brasília, DF, Brasil.

- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia – Fundamentos e práticas* (pp. 57-80). Curitiba: Juruá.
- Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). Curitiba: CRV.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07.pdf>.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Mesquita, D. T. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 105-114.
- Minayo, M. C. S. (2001). O desafio da pesquisa social. Em: M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 09-30). 18a ed. Petrópolis: Vozes.
- Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos. [Introdução, pp. 9-24].
- Souza, V. L. T., Dugnani, L. A. C. & Reis, E. C. G. (2018). Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(4), 375-388. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000400005>.
- Tajfel, H. (1978). Social categorization, social identity, and social comparison. In: Tajfel, H. (org.). *Differentiation between social groups: studies in te social psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Tiburi, M. (2016). *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed. [Capítulo 1 – Aproximações à cultura: bases semióticas da psicologia cultural - pp. 21-66].
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

Anexo – Imagens

Imagem 1

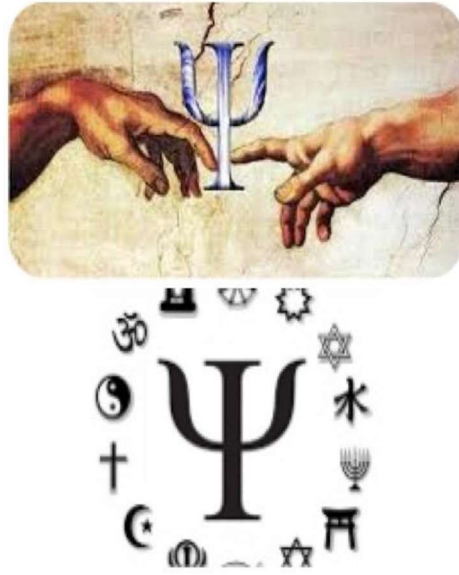


Imagem 2

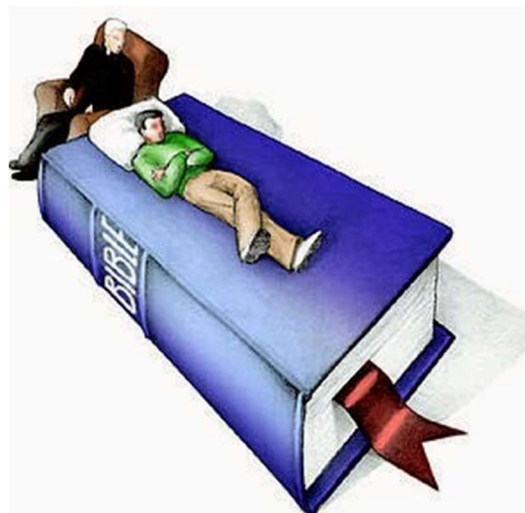


Imagem 3

